



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2022**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2022**

**DECISÃO**

**I. Do Recurso**

Trata-se de recurso interposto por Guma Engenharia Eireli (ME), ora recorrente, via e-mail datado de 14/03/2023, às 18:42h, em relação ao resultado do julgamento de habilitação do Processo Licitatório nº 137/2022, Concorrência Pública nº 007/2022, por meio do qual foi declarada a Habilitação das licitantes AR Engenharia LTDA (EPP), CPG Construtora PG LTDA (EPP), Azevedo Engenharia e Construção LTDA (EPP) e Terra e Técnica Engenharia Empreendimentos LTDA, e a Inabilitação das licitantes Construtora WYX Montagem Construção LTDA (ME), Estrutural Edificações Serviços LTDA (ME) e Guma Engenharia Eireli (ME), conforme registrado em ata de sessão pública lavrada no dia 07/03/2022.

O inconformismo da recorrente refere-se à decisão de sua inabilitação, declarada em virtude do descumprimento do requisito de habilitação previsto no item 7.5.1, alínea 'd', do Edital (Qualificação Técnica).

Alega ter apresentado a documentação necessária à Habilitação no certame, sendo equivocada a decisão da CPL no sentido da inabilitação, a qual considerou não comprovada a execução de serviços com características semelhantes com o objeto da Licitação, por parte do Responsável Técnico indicado pela empresa licitante.

Aduz que a inabilitação consistira excesso de formalismo, ao argumento de que, previamente à sua declaração, deveria ter sido realizada diligência para sanar a falha na documentação.

As razões recursais vieram instruídas com documentos, quais sejam, termos de entrega e aceitação definitivas de obra, emitido pelo Município de Abre Campo/MG, e termo de recebimento provisório de obra, emitido pelo Município de Jequeri/MG, os quais, no entender da recorrente, supririam os lapsos no conjunto de habilitação apresentado por ocasião da abertura do certame.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a Habilitação da Guma Engenharia Eireli (ME), haja vista o atendimento integral aos requisitos de habilitação constantes do Edital.

Comunicadas acerca da interposição do recurso, via e-mail, em 16/03/2023, 17:27h (terça-feira), o prazo para contrarrazões – 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, §3º, da Lei nº 8.666/93 c/c item 13.8 do Edital – iniciou-se em 17/03/2023 (quarta-feira), vindo a findar-se em 23/03/2023 (terça-feira).

As licitantes AR Engenharia LTDA (EPP) e CPG Construtora PG LTDA (EPP) apresentaram contrarrazões, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência dos recursos. Registra-se que as contrarrazões foram apresentadas via e-mail (datados



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

de 20/03/2023, 09:31h e 20/03/2023, 15:50h), forma de interposição não contemplada no instrumento convocatório (*vide* itens 18.8 c/c 18.5 do Edital).

Em síntese, é o relatório.

#### II. Da admissibilidade

Antes de adentrar na análise do mérito do recurso, deve-se proceder ao exame da admissibilidade do apelo, de modo que, acaso não atendidos aos pressupostos recursais (juízo negativo de admissibilidade), restará prejudicado o conhecimento do recurso.

Neste sentido, leciona Marçal Justen Filho, na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12º Ed, São Paulo: Dialética, 2008:

*“O cabimento do recurso administrativo sujeita-se à presença de determinados pressupostos. Sem esses pressupostos, nem se chega a apreciar o mérito da questão.*

*A existência de pressupostos recursais retrata a vedação legal ao exercício meramente arbitrário da faculdade de impugnar atos administrativos. Trata-se de evitar desperdício de tempo e de energia na apreciação da insatisfação do particular. Os pressupostos recursais são requisitos que todo recurso deve apresentar sob pena de não ser conhecido – vale dizer, não ser efetividade a revisão do ato administrativo impugnado”.*

Ainda de acordo com o escólio do doutrinador, os pressupostos recursais classificam-se em subjetivos (legitimidade e interesse recursal) e objetivos (existência de ato administrativo de cunho decisório, a **forma**, a fundamentação e o pedido de nova decisão).

De acordo com o que se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h do dia 07/03/2022 (terça-feira), com a divulgação do resultado da fase de habilitação no site do Município, e publicações nos Diários Oficiais da União e do Estado e em jornal diário de grande circulação na data de 09/03/2022 (quinta-feira), sendo esta a data considerada para fins de intimação, considerando o disposto no §1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e que no ato em que foi adotada a decisão não se encontravam presentes representantes de todas as licitantes.

Por consequência, o prazo recursal – 05 (cinco) dias úteis, nos termos do subitem 18.2 do Edital e art. 109, inciso I, alínea 'b', da Lei nº 8.666/93 – iniciou-se em 10/03/2023 (sexta-feira), vindo a findar-se em 16/03/2023 (quinta-feira).

O recurso em apreço foi protocolizado via e-mail na data de 14/03/2023, às 18:42h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

Não obstante, verifica-se a ausência de pressuposto recursal, implicando na inadmissibilidade do apelo.

Prescreve o instrumento convocatório acerca das formas e condições para interposição de recursos:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

#### **"XVIII - DOS RECURSOS**

18.1 - Será facultado à licitante, nos termos do art. 109 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores:

18.1.1- Interposição de recurso, nos seguintes casos:

(...)

b) da classificação ou desclassificação das propostas, dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação;

(...)

18.5 - Será admitida a **interposição** mediante protocolo presencial ou via postal, sendo que os recursos cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

18.5.1 - Ser apresentado em uma via original, datilografada ou processada por computador, contendo razão social, CNPJ, endereço e, preferencialmente, endereço eletrônico, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado.

18.5.2 - **No caso de protocolo presencial:** ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, no horário de 12h às 16h, onde será efetuado o protocolo de recebimento.

18.5.3 - **No caso de protocolo via postal:** ser encaminhado ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, aos cuidados do Pregoeiro Oficial, em envelope lacrado contendo, em sua parte externa, a identificação completa do remetente, e, no seu interior, o documento nos moldes descritos no item 18.5.1.

(...)

**18.7 - A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete não admitirá a interposição de recursos por meios não previstos neste Edital, tampouco se responsabilizará, no caso de protocolo via postal, por recursos endereçados e/ou entregues em locais diversos do Setor de Licitação, deixando de conhecer aqueles que não sejam recebidos no prazo legal.** (destacamos)

O recurso em apreço foi protocolizado **via e-mail**, ou seja, meio de interposição **não admitido** no instrumento convocatório.

Em análise, observa-se que a recorrente não apresentou justificativa/comprovação de impossibilidade de cumprimento das normas editalícias referentes à interposição de recurso, capaz de embasar a admissão excepcional do petítório.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

**LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprez-a-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência.** (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Destarte, ausentes os pressupostos de admissibilidade, não deve ser conhecido o recurso.

### III. Do poder/dever da administração de anular, de ofício, ato administrativo ilegal, em aplicação do princípio da autotutela

De acordo com o que fora bem assentado no tópico anterior, cediço que o exame positivo de admissibilidade é condição essencial para o conhecimento de recurso, descabendo falar em admitir pretensão recursal quando não atendidos os pressupostos intrínsecos e extrínsecos aplicáveis.

O não recebimento de recurso em caso de preclusão, ou do não atendimento a qualquer outro requisito recursal, é uma exigência dos princípios da segurança jurídica e





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

da isonomia, que devem ser respeitados e observados nos processos administrativos licitatórios.

Entretanto, ultrapassando a análise do caso sob o mero enfoque recursal – e a consequente possibilidade de reconsideração de atos pela autoridade competente conforme a senda do recurso interposto – não se deve olvidar do poder/dever imposto à Administração Pública de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade.

Trata-se do princípio da autotutela, corolário do princípio da legalidade administrativa, segundo o qual a Administração Pública – que só pode agir dentro da legalidade – deve rever ou anular seus próprios atos eivados de ilegalidade, sob pena de afronta ao ordenamento jurídico.

A autotutela está expressa no art. 53 da Lei nº 9.784/99, assim como na Súmula nº 473 do STF. Confira-se:

*“Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.”*

*“Súmula nº 473/STF. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”*

A possibilidade de retratação de ato administrativo mediante provocação não se confunde, tampouco mitiga o poder-dever da administração de rever um ato ilegal por ela praticado, tão logo verificá-lo, independentemente de provocação. O mesmo se aplica em relação à revogação e alteração de atos que, por motivo de conveniência ou oportunidade, não mais atendam aos interesses da Administração Pública.

A fim de garantir que o certame seja processado e julgado em estrita conformidade com o princípio básico da legalidade, a CPL procederá à análise, de ofício, das razões que chegaram ao conhecimento da Administração, através do arrazoadado da Guma Engenharia Eireli (ME).

#### IV. Da análise de atendimento ao item 7.5.1, alínea ‘d’, do Edital

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação do atendimento à exigência de habilitação prevista no item 7.5.1, alínea ‘d’, do Edital, pela recorrente.

Dispõe o instrumento convocatório:

**“7.5 - Os documentos relativos à qualificação técnica são:**

**7.5.1 - Para comprovar sua qualificação técnica a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

(...)

d) Demonstração de que o profissional responsável técnico pela execução da obra executou obras de características técnicas de complexidade equivalente às do objeto da presente licitação. A demonstração será feita por atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no respectivo conselho, CREA e/ou CAU, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços similares de construção civil, semelhantes ao objeto da licitação, relativamente às seguintes parcelas de maior relevância técnica, qual sejam:

**Execução de obra em estruturas de concreto armado, com no mínimo 1.000,00m<sup>2</sup>;**

**Execução de obra de fundações, com no mínimo 1.000,00m<sup>2</sup>;**

**Execução de instalações hidrossanitárias, com no mínimo 1.000,00m<sup>2</sup>;**

**Execução de instalações elétricas, com no mínimo 1.000,00m<sup>2</sup>;**

**Execução de instalações de telefonia e/ou cabeamento estruturado, com no mínimo 1.000,00m<sup>2</sup>;**

**Execução de instalações SPDA, com no mínimo 1.000,00m<sup>2</sup>;**

**Execução de instalações de prevenção e combate à incêndio, com no mínimo 1.000,00m<sup>2</sup>.” (destacamos)**

Conforme consignado na ata da sessão pública, a conferência e análise dos documentos de qualificação técnica (item 7.5) foi realizada pelos membros da CPL, com o assessoramento da representante técnica da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, que concluiu no sentido do não atendimento às exigências de qualificação técnica pela recorrida, conforme fundamentação constante de Relatório de Análise (fl. 1.385), a seguir transcrita:

*“Atendeu apenas parcialmente às exigências do Edital, não tendo comprovado o atendimento integral à exigência contida na alínea ‘d’ do item 7.5.1, haja vista que não apresentou demonstração (CAT/Atestado) de que o Responsável Técnico indicado executou serviços similares de construção civil, referentes às disciplinas exigidas no Edital.*

*Ressalva-se que os CAT/Atestado apresentados referem-se a “Atividade em andamento”, conforme observação registrada no campo “Situação” das CAT’s n° 1420180002112 e 1420170007022, deixando de comprovar prévia e efetiva conclusão dos serviços descritos no atestado.” (destacamos)*

Neste ponto, observa-se que a Inabilitação da recorrente foi baseada em virtude da não comprovação, por meio da apresentação de Atestado acompanhado de Certidão de Capacidade Técnica – CAT, de que o profissional indicado pela empresa para atuar como responsável técnico pela execução dos serviços tenha executado serviços de características técnicas de complexidade equivalente às do objeto da presente licitação. Esclarece-se que, conforme explicitado no Relatório de Análise, a documentação apresentada pela licitante Guma Engenharia Eireli (ME) refere-se a atividade em





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

andamento, sem comprovação de que os serviços descritos nos Atestados de Capacidade Técnica restariam prévia e efetivamente concluídos.

O escopo da qualificação técnica nos processos licitatórios é examinar a aptidão técnica do licitante, conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui plenos conhecimentos e condições técnicos para a execução do contrato, em caso de futura contratação.

Joel de Menezes Niebuhr, em Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, leciona que a *“Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo”*.

Se por um lado a análise de qualificação técnica tem como finalidade examinar a aptidão técnica do licitante, não se deve olvidar, lado outro, de que o rigor exagerado na fixação das exigências pode restringir a competitividade do certame, pois quanto mais exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. Justamente por isso, devem as exigências serem justificáveis de acordo os aspectos envolvidos na contratação, sob pena de restrição imotivada e ilegal do caráter competitivo.

A Lei de Licitações prevê como instrumento para aferição de qualificação técnica, a exigência de atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, inciso II (capacidade técnico-operacional) e § 1º, inciso I (capacidade técnico-profissional), da Lei n. 8.666.

Os atestados de capacidade consistem em meio de prova de que o licitante executou o objeto licitado em outra oportunidade e que tal execução foi a contento, assegurando à Administração licitadora que seu parceiro contratual possui expertise técnica.

Reexaminando a documentação de habilitação, verifica-se que a Guma Engenharia Eireli (ME) apresentou Termo de Indicação e Compromisso de Responsável Técnico (fl. 1.191), em conformidade com o item 7.5.1, alínea 'c', do Edital, por meio do qual o Sr. Wanderli Carvalho, CREA/MG nº 66.373/D, é indicado para exercer a função de Responsável Técnico encarregado de acompanhar a execução dos serviços objeto da licitação, caso a empresa venha se sagrar vencedora do certame.

A análise sistemática das alíneas 'b', 'c' e 'd' do item 7.5.1 do Edital revela que a aferição das condições de Habilitação, notadamente a capacidade técnico-profissional, será realizada pela CPL levando em consideração a documentação do profissional que for indicado pelo licitante como Responsável Técnico pela execução da obra referente ao presente certame.

Para atendimento ao item 7.5.1, alínea 'd', do Edital, verifica-se terem sido apresentados os seguintes atestado/Certidão de Acervo Técnico – CAT, em nome do profissional supracitado:

- a) Atestado Parcial de Execução de Obra (emitido pelo Município de Abre Campo/MG) e respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT nº 1420180002112 (fls. 1.192/1.210); e,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

- b) Atestado Parcial de Execução de Obra (emitido pelo Município de Jequeri/MG) e respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT nº 1420170007022 (fls. 1.211/1.216).

Pois bem. Conforme observação registrada no campo “Situação” das CAT's nº 1420180002112, datada de 21/03/2018, e nº 1420170007022, datada de 27/09/2017, os serviços descritos nos documentos referem-se a “*Atividade em andamento*”. Portanto, diante de tal circunstância, ausente comprovação de que os serviços descritos nos respectivos Atestados de Capacidade Técnica restariam prévia e efetivamente concluídos e, com efeito, demonstração da experiência exigida no Edital.

As razões recursais vieram instruídas com documentos, os quais, no entender da recorrente, supririam os lapsos no conjunto de habilitação apresentado por ocasião da abertura do certame.

Ocorre que, respeitado o entendimento contrário, a manutenção da Inabilitação é medida que se impõe. Vejamos:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, nos termos da lei (art. 37, inciso XXI, da CRFB/88).

Por sua vez, a Lei nº 8.666/93 preconiza que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (art. 3º, *caput*).

Inferre-se claramente da Lei e do Edital a existência de regras para a apresentação da documentação de habilitação, bem assim para sua apreciação e julgamento.

Nesta ordem de ideias, possível concluir que em obediência às normas e aos princípios norteadores, caberia aos licitantes apresentarem toda a documentação de habilitação na forma e no prazo fixado (*vide* itens 6.5 c/c 6.10, do Edital).

A legislação deve ser interpretada sistematicamente, mediante análise das normas jurídicas entre si, pressupondo-se que o ordenamento jurídico é um todo unitário e harmônico, sem incompatibilidades, de modo a se permitir escolher o significado da norma que seja coerente com o conjunto.

Neste contexto, imperioso pontuar que, quando da intenção de se flexibilizar a regra geral relativa à apresentação de documentos de regularidade fiscal e trabalhistas em certames licitatório, o Legislador cuidou de estabelecer, de forma taxativa, possibilidade excepcional de tratamento diferenciado e simplificado em favor de determinadas pessoas jurídicas – Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) – objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

De acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, “*Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato*”.

Entretanto, mesmo diante de tal hipótese excepcional, aludido diploma legal não exime as ME's/EPP's, ao participarem de processos licitatórios, de apresentar a íntegra da documentação de habilitação prevista no instrumento convocatório.

Neste sentido, dispõe explicitamente o art. 43 da LC nº 123/2006:

*“Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que apresente alguma restrição.”*  
(destacamos)

Havendo alguma **restrição** na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a LC nº 123/2006 assegura à ME/EPP o direito à concessão de prazo para “*regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa*” (art. 43, §1º, da LC nº 123/2006).

Conforme se observa, ressalvada a hipótese legal de regularização de certidões positivas e/ou vencidas, **inexiste na legislação a prerrogativa de apresentação extemporânea ou substituição de documentos**, notadamente quando não apresentados junto à documentação de habilitação.

Se nem mesmo para a hipótese de tratamento diferenciado e simplificado prevista na LC nº 123/2006, o Legislador entendeu ser o caso de permitir a juntada extemporânea de documentos habilitatórios, descabe cogitar – redobrando-se a vênia àqueles que perfilham entendimento contrário – que à recorrente deve ser permitido suprir lacunas na documentação, por iniciativa do ente licitante.

O Edital, em seu item 10.9, estabelece que a Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, sendo-lhe facultado promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

Oportuno ressaltar que nos termos do art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93, faculta-se à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a **esclarecer ou a complementar a instrução do processo**; todavia, aludida faculdade não é absoluta, posto que o poder de diligência encontra limites fixados pelo Legislador no próprio dispositivo de lei, ao dispor expressamente ser “**vedada a inclusão posterior de documento** ou informação que deveria constar originariamente da proposta”. (destacamos)

Tratando-se de conduta vedada pela legislação, resta claro que a admissão intempestiva de documentos, ainda que na via recursal, afronta o princípio da legalidade,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e, em última análise, ao caráter competitivo do certame.

E nem se fale que ao assim preconizar, a legislação adota, despropositadamente, uma medida burocrata, supostamente contraditória ao princípio da razoabilidade e ao tão propalado formalismo moderado que deve nortear os atos administrativos. Isso porque, ao dispor acerca de tal inviabilidade, impõe-se à Administração um dever de garantir o processamento do certame com a lisura indispensável à consecução do objetivo constitucional da igualdade de condições a todos os concorrentes, e bem assim aos axiomas elencados no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Não obstante o exposto, e partindo-se da premissa da admissibilidade da juntada a posteriori de documentos, como corolário do poder de diligência, forçoso concluir que a documentação apresentada na fase recursal não tem o condão de suprir a falha na documentação de habilitação. Foram anexados às razões recursais os seguintes documentos:

- a) Termo de Entrega Definitiva da Obra e Termo de Aceitação Definitiva da Obra, ambos datados de 10/03/2023, referente à obra objeto da CAT nº 1420180002112, do Município de Abre Campo/MG;
- b) Termo de Recebimento Provisório, datado de 20/01/2022, referente à obra objeto da CAT nº 1420170007022, do Município de Jequeri/MG.

Com a devida vênia, a documentação disponibilizada pela recorrente não permite concluir que as atividades descritas no Atestado/Certidão de Acervo Técnico – CAT, necessárias à comprovação da expertise elencada no item 7.5.1, alínea 'd', do Edital, tenham sido efetivamente concluídas à época da emissão dos documentos. Destaca-se que os Atestados/CAT's apresentados foram emitidos em período significativamente anterior às datas de emissão dos termos de entrega/recebimento das obras, inexistindo demonstração de que o rol de atividades técnicas exigidas no Edital já teria sido executado, e que tal execução restou realizada pelo profissional indicado nos autos.

Em síntese, ainda que considerada a documentação anexa ao recurso, reputa-se que persiste a ausência de comprovação da capacidade técnica nos moldes previstos no item 7.5.1, alínea 'd', do Edital.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar sua reforma, deve ser mantida a decisão recorrida.

#### V. Conclusão

Diante de todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve:

- a) Verificada a ausência dos pressupostos de admissibilidade, não conhecer do recurso interposto pela licitante Guma Engenharia Eireli (ME), conforme fundamentos constantes do tópico II;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

- b) **Examinar**, de ofício, os fundamentos constantes das razões recursais, para eventual aplicação da autotutela, e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão que declarou a inabilitação da recorrente.
- c) Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 30 de março de 2023.

  
**Alisson Dias Laureano**  
**Presidente da CPL**

  
**Isabella Gomes de Vargas e Lima**  
**Membro CPL**

  
**Ramon Carlos Ramos de Sousa**  
**Membro CPL**